

FONTE : GM

CLASS. : 22

DATA : 14 03 90

PG. : 22

AMAZÔNIA

# Sarney destina 1 milhão de hectares para reservas extrativistas

por Cleide Castro de Brasília

Mais de 1 milhão de hectares, envolvendo os estados de Rondônia, Acre e Amapá, foram transformados em área de preservação ambiental pelo presidente José Sarney, em suas "últimas horas de governo", conforme disse ele próprio, ao divulgar a notícia ontem. Três decretos criaram as reservas extrativistas Chico Mendes, Rio Ouro Preto e Rio Cajari, que constituíam uma reivindicação de mais de 15 anos dos chamados "povos da floresta" (seringueiros, castanheiros e ribeirinhos).

As áreas passam a ser da propriedade da União, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas transferidas em concessão de uso para seus habitantes. O que significa que a posse efetiva da terra ainda exigirá um processo de

legalização fundiária, que beneficiará de 16 a 18 mil pessoas. "Foi só o primeiro passo", definiu o secretário geral do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio Rodrigues, após a assinatura do decreto que criou a reserva extrativista do Rio Ouro Preto, no Palácio do Planalto. Os outros dois decretos já haviam sido assinados no dia anterior e publicados no Diário Oficial de ontem.

Segundo Rodrigues, que também preside o Sindicato dos Seringueiros de Brasília, a demarcação das reservas extrativistas deverá amenizar os conflitos fundiários naquelas regiões, que, "de 1980 para cá, não ficaram nem um ano sem assassinatos de seringueiros". "É o cenário dos maiores conflitos e das maiores resistências", complementou a presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, Mary Allegrette, também presente à solenidade. Segundo ela, as reservas representam "a

concretização do sonho de Chico Mendes", morto em dezembro de 1988.

A reserva extrativista Chico Mendes, localizada no Acre, é a maior das três. São 970.570 hectares, localizados nos municípios de Xapuri, Rio Branco, Brasília e Assis Brasil. Com a criação da reserva, a área deverá ser preservada e voltada para o desenvolvimento auto-sustentado. A fiscalização caberá ao Ibama, com apoio policial, o que hoje é "altamente precário", conforme Mary Allegrette. Com a decisão, acrescentou o representante dos seringueiros, no máximo em oito anos a região dará um retorno maior que o do Acre, no setor da pecuária.

A segunda reserva em extensão é a do Rio Cajari, que engloba 481.650 hectares, nos municípios de Laranjal do Jari e Mazagão, no Amapá. Em Rondônia, foram preservados 204.583 hectares, envolvendo os municípios de Guajará-

Mirim e Vila Nova do Marmore.

Entre os decretos divulgados pelo Palácio do Planalto também constou um que cria, no estado de Santa Catarina, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, com o objetivo de proteger uma "amostra representativa dos ecossistemas" da região costeira da ilha, suas ilhotas, águas e plataforma continental, com todos os recursos naturais existentes.

## RESERVAS INDÍGENAS

O Diário Oficial da última segunda-feira, dia 12, circulou com inúmeros atos do presidente José Sarney, contemplando os setores de atuação de ambientalistas e dos militantes que atuam na defesa das questões indígenas. Onze decretos foram assinados homologando a demarcação administrativa de áreas indígenas, no município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no estado do Amazonas.

Entre os últimos atos do presidente ainda constou a criação de nove áreas de "floresta nacional", também no Amazonas. De acordo com a publicação oficial, devem ser preservadas as florestas de Cubatê, Uruçu, Xiá, Icana, Cuiari, Icana-Aiari, Piraiuara, Taracá I e Taracá II.

Quanto à demarcação que vai beneficiar os índios de São Gabriel da Cachoeira, o governo relacionou as áreas indígenas de Maku, Yauarate I, Yauarete II, Xiá, Icana-Aiari, Cuiari, Médio Icana, Icana-Rio Negro, Cubatê, Taracá e Juripaco.

A demarcação, baseada em estudos realizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), deverá ser fiscalizada pelo Ibama.